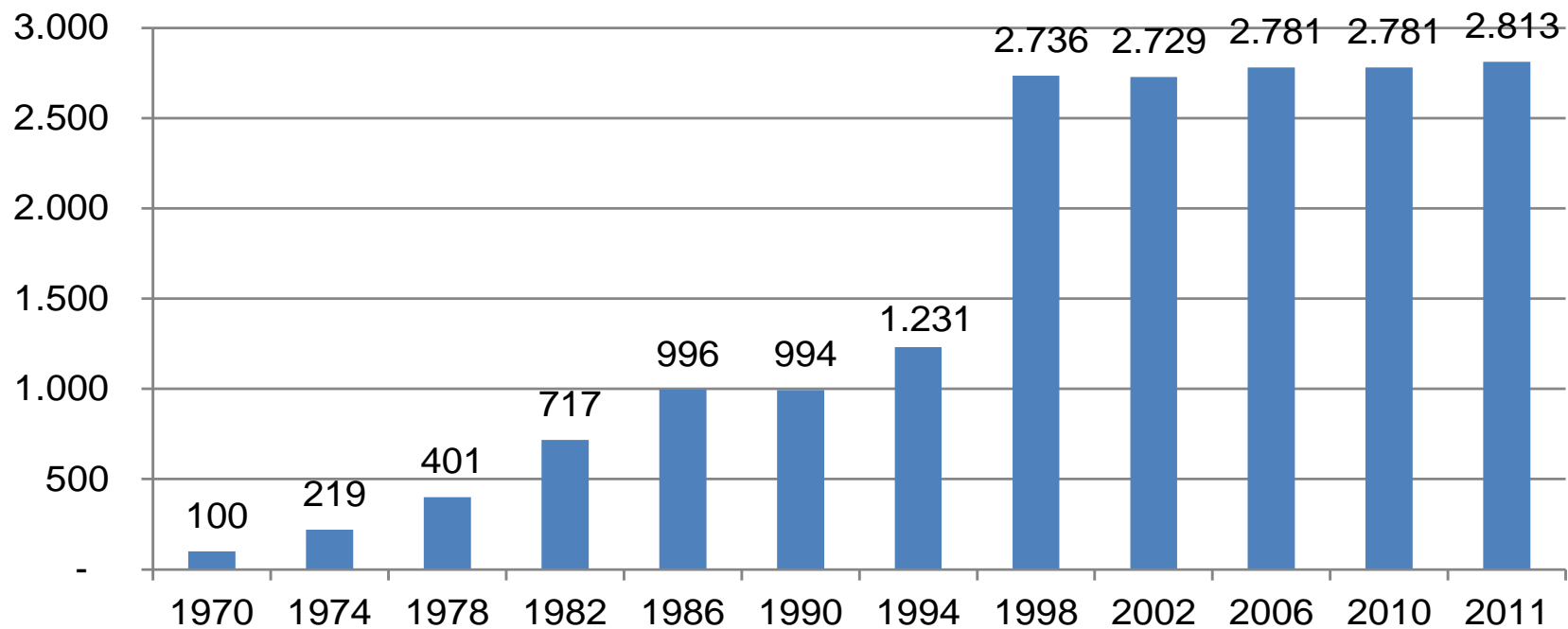


Dívida estadual: causas e alternativas

Econ. Darcy Francisco Carvalho dos Santos

Dezembro/2012

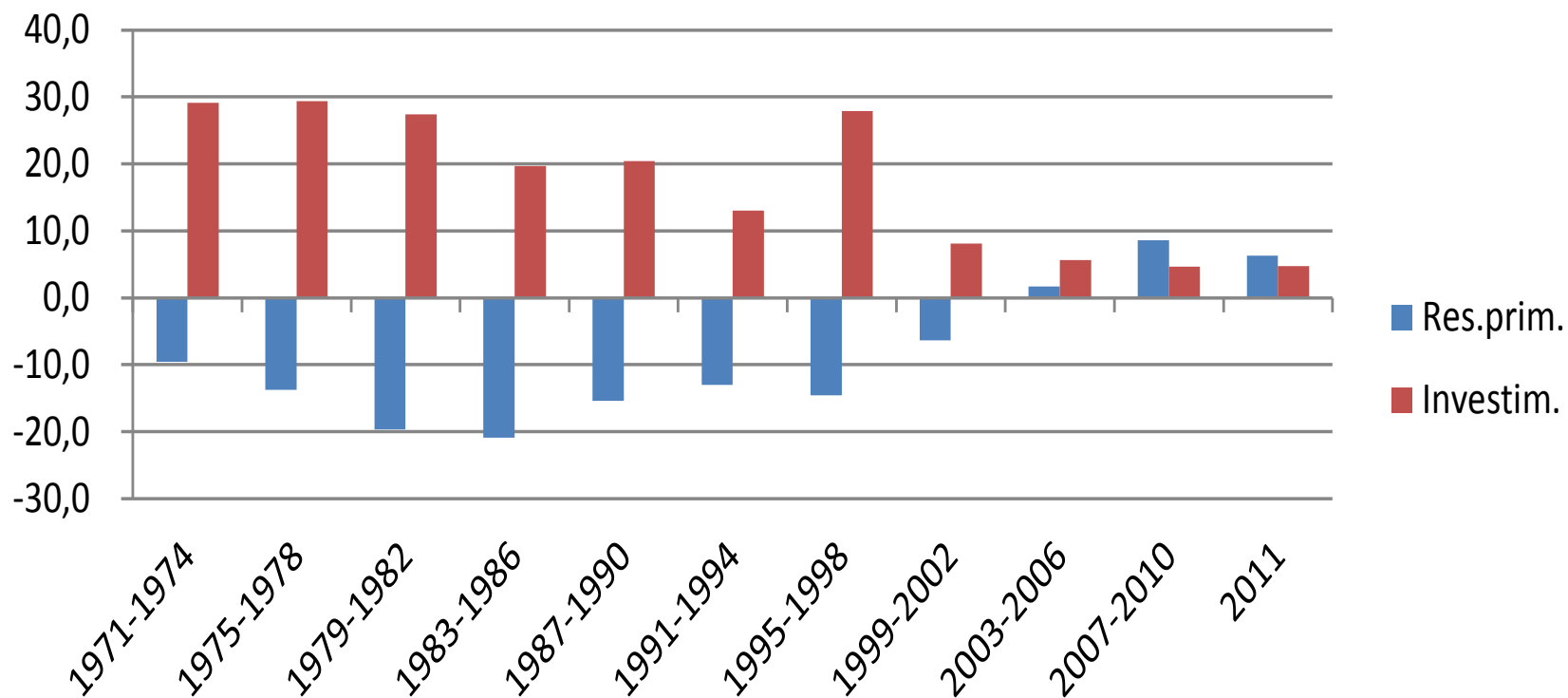
Gráfico 9.1. Dívida fundada , 1970-2011 em relativos de valores constantes pelo IGP-DI



Causas do endividamento

- Déficits altos (investimentos, custeio)
- Desonerações tributárias
- Juros altos, especialmente na década de 90
- Receita tributária concentrada na União
- Pacto federativo inadequado
- Perda da receita inflacionária.

Resultados primários e investimentos, 1971-2011, em % da RCL



Origens remotas

- Lei Estadual nº 6.465, de 15.12.1972, autorizou o lançamento de títulos da dívida pública estadual (LTE-RS).
- *“A elevação da dívida estadual após 1964 decorreu não somente das novas condições do mercado financeiro, que impulsionaram o crédito público, mas da própria necessidade financeira do Estado, já que apresentou déficits operacionais no período 1964-69.” FEE em o Estado do RS nos Anos 80 Subordinação Imprevidência e Crise. Porto Alegre, 1994, p.187.*

Receita disponível por esfera após as transferências, 2010

ANO	Central	Estadual	Municipal	Total	Central	Estadual	Municipal	Total
	Em % do PIB				Em % do total			
1960	10,40	5,90	1,10	17,40	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,00	5,50	2,10	24,60	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,00	6,00	2,40	22,40	62,3	26,9	10,8	100,0
2000	17,01	7,96	5,02	29,99	56,7	26,5	16,7	100,0
2010	20,04	8,70	6,42	35,16	57,0	24,7	18,3	100,0

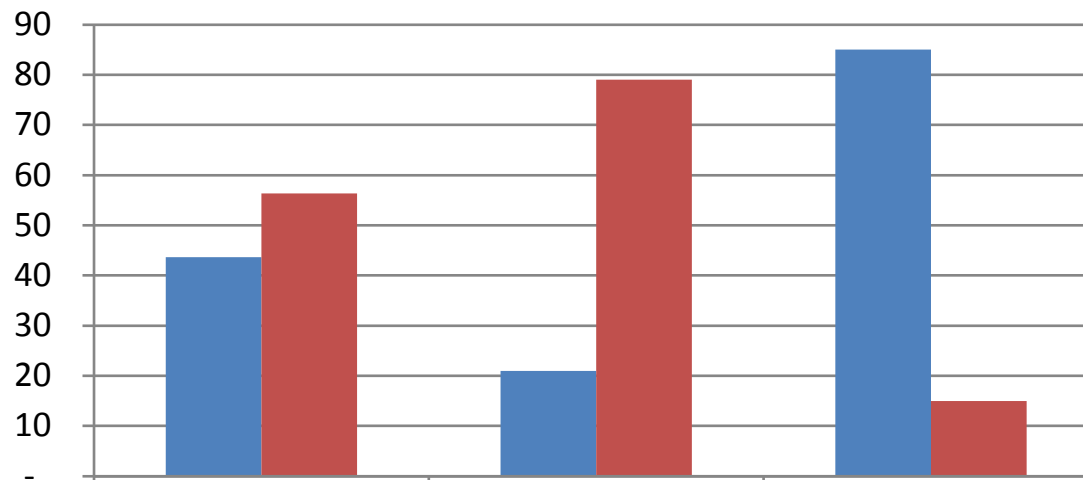
Fonte: Khair, Amir; Araújo, Erika Amorim; Afonso, José Roberto. Carga Tributária

- mensuração e impacto sobre o crescimento, até 1988. 2000: Receita Federal do Brasil

2010: Afonso, José Roberto e Castro, Kleber.

Da parcela da União, 2% do PIB ou 5,6% do total pertencem ao FGTS e ao Sistema S.

Distribuição do FPE por região



	População	Arrec.	FPE
■ NO, NE, CO	44	21	85
■ SD, SU	56	79	15

Tabela 1.2. Alienação de bens e rendimentos financeiros, 1971-2010

Valores em R\$ 1.000,00 atualizados pelo IGP-DI médio para 2011.

Períodos	Alienação	Rendimentos	Receitas	Rec.extras/	Inflação anual	
	de bens	financeiros	extras	RCL	média	
	1	2	3=1+2	4	IGP-DI	IPCA
1971-1974	449.038	6.210	455.248	1,7%	21,3%	
1975-1978	89.396	353.811	443.207	1,3%	38,8%	
1979-1982	122.803	2.566.716	2.689.519	6,4%	95,6%	
1983-1986	65.428	1.297.288	1.362.716	2,9%	183,7%	175,3%
1987-1990	4.196	9.323.103	9.327.299	16,9%	1187,6%	1234,4%
1991-1994	7.287	11.257.247	11.264.534	19,1%	1359,3%	1246,4%
1995-1998	11.544.223	2.650.241	14.194.465	23,4%	8,3%	9,7%
1999-2002	2.758.876	1.086.640	3.845.516	5,8%	16,6%	8,8%
2003-2006	818.186	547.115	1.365.301	1,9%	6,2%	6,4%
2007-2010	1.717.793	908.298	2.626.090	3,1%	6,7%	5,1%

Elaboração própria. Fonte primária: Balanços do Estado do RS.

(**) Em alienação de bens, em 1999 inclui anulação de restos a pagar com recursos de privatização (635.421 mil). A contar de 2001 foi considerado o balanço consolidado.

Consequências dos déficits

- Crescimento da dívida: 27 vezes em 28 anos, entre 1970 e 1998.
- Utilização indevida dos bancos estaduais: Caixa Estadual, que acabou extinta. Banrisul, que apurou prejuízo em 1998 de R\$ 2 bilhões em valores atuais.
- Empréstimo Proes: R\$ 10 bilhões (preços atuais). Sob as mesmas condições do acordo de 1998.
- Utilização do caixa único a partir de 1999, com saques de R\$ 8,7 bilhões até outubro/2012, em valores atuais.
- Redução dos investimentos e das aplicações em educação e saúde.

Condições do acordo de 1998

- A União assumiu quase toda a dívida em títulos e parte da contratual.
- Taxa de juros: 6% ao ano (efetiva 6,17%)
- Reajuste: IGP-DI
- Prazo: 360 meses (30 anos)
- Limite: 13% da RLR (12% em 1998 e 12,5% em 1999). Abatido de operações anteriores.
- Amortização extraordinária: R\$ 1.150 milhões
- Subsídio em 16.11.98: 30% (data do corte: 31/3/96)
- Resíduos: Pagos quando o valor da prestação for inferior ao do limite. Saldo em 120 meses .

Cenário econômico: 1998 e após

- Em 1998, IGP-DI variou igual ao IPCA (1,7%).
- Até 2011, o IGP-DI cresceu 35% acima do IPCA.
- Serviço da dívida muito superior ao limite de 13%.
- A taxa de juros de 6% está muito acima das taxas atuais.
- A taxa de juros do Bird na negociação de parte da dívida estadual em 2008 e 2010 está em torno de 1%.
- O conjunto IGP-DI mais 6% variou mais que a maioria dos indicadores.

Evolução da dívida

Em bilhões atualizados pelo IPCA

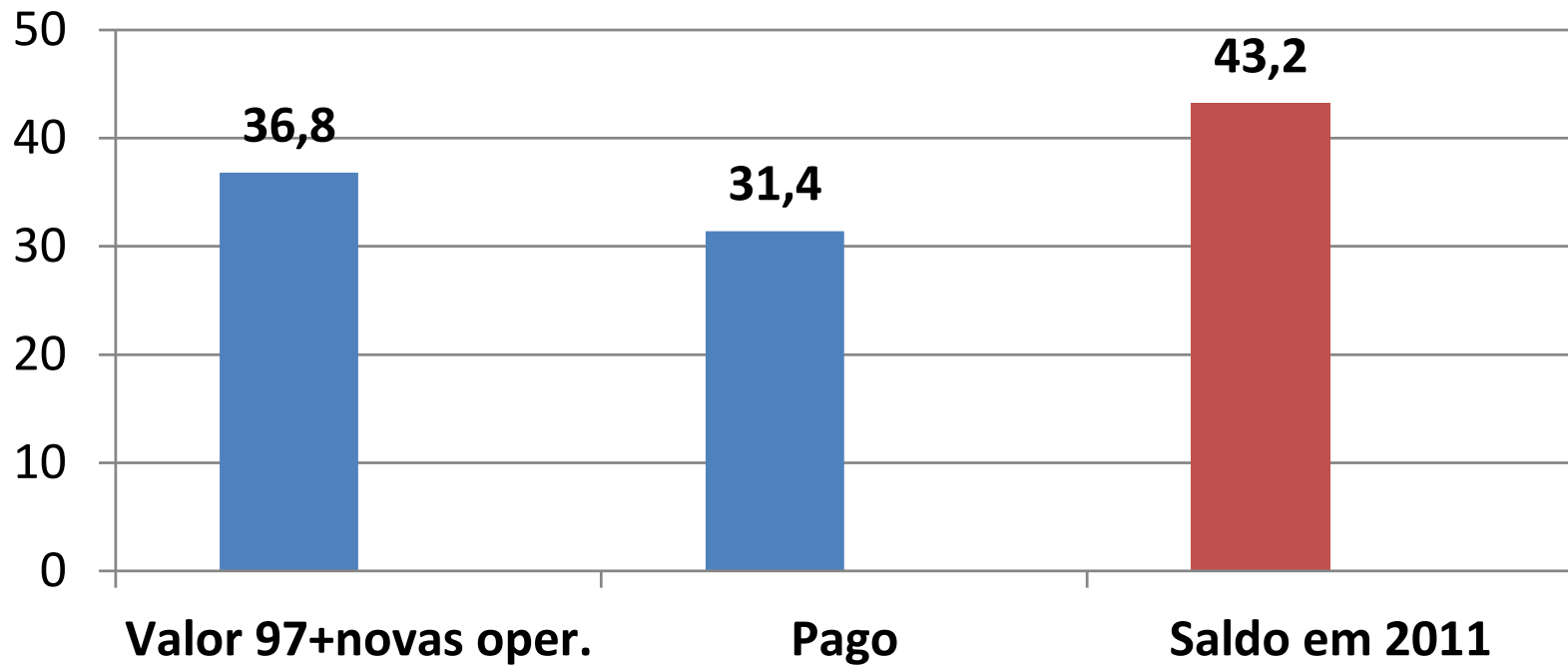


Tabela 2.9 Seriço da dívida da Administração Direta

Por comprometimento da Receita Líquida Real (RLR) (*)

R\$ 1.000,00

Ano	Intralimite		Extralimite		Total		RLR
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1998	485.510	10,05%	61.505	1,27%	547.015	11,33%	4.828.784
1999	575.258	10,86%	175.197	3,31%	750.455	14,16%	5.298.274
2000	576.770	11,46%	264.047	5,25%	840.817	16,71%	5.031.578
2001	735.658	12,76%	232.403	4,03%	968.061	16,79%	5.766.195
2002	838.566	12,90%	349.140	5,37%	1.187.706	18,27%	6.500.153
2003	993.081	13,08%	428.765	5,65%	1.421.846	18,73%	7.592.145
2004	1.086.415	13,08%	370.649	4,46%	1.457.064	17,55%	8.303.873
2005	1.172.337	13,05%	538.731	6,00%	1.711.068	19,04%	8.985.857
2006	1.335.548	13,06%	427.243	4,18%	1.762.791	17,23%	10.230.131
2007	1.415.297	12,88%	412.612	3,76%	1.827.909	16,64%	10.985.245
2008	1.589.914	13,04%	397.756	3,26%	1.987.670	16,30%	12.191.363
2009	1.786.628	13,01%	321.459	2,34%	2.108.087	15,36%	13.728.122
2010	1.893.113	12,97%	254.702	1,75%	2.147.815	14,72%	14.595.631
2011	2.258.843	13,00%	202.985	1,20%	2.461.828	14,20%	17.355.696

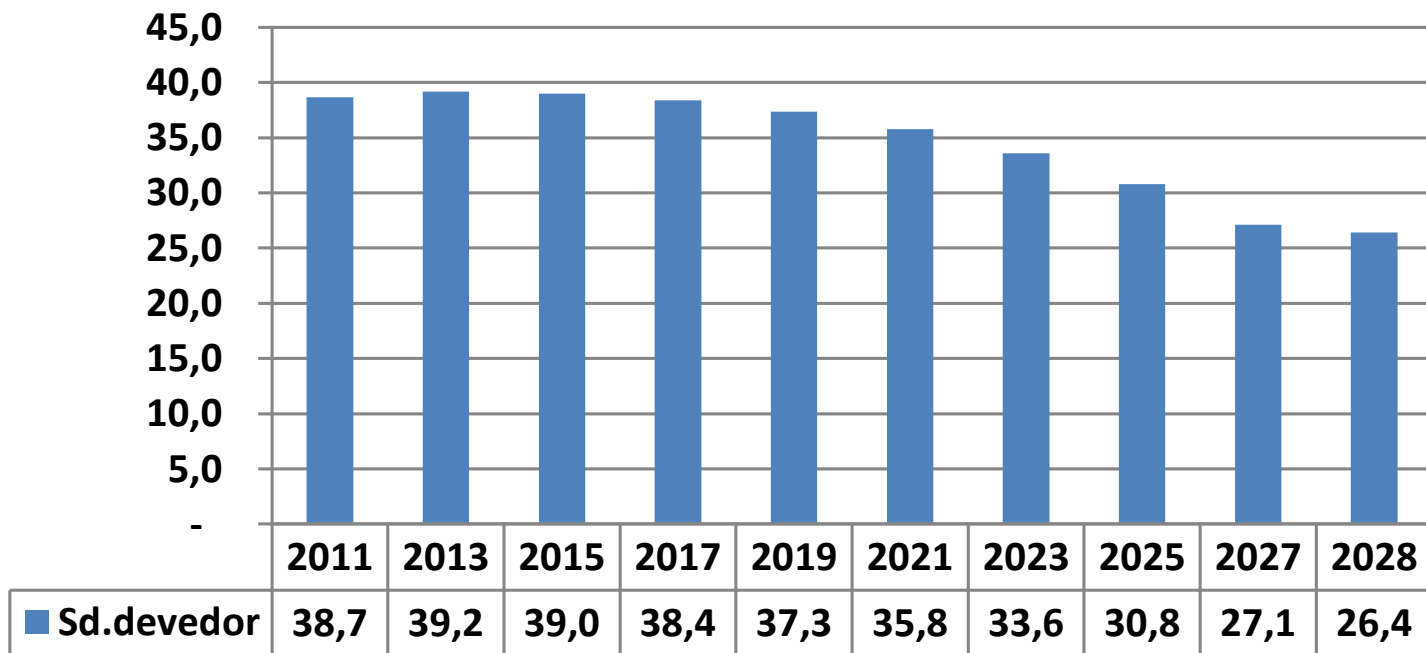
Fonte: Dívida Pública Estadual 2010 - Divisão da Dívida Pública.

(*) Em relação à RCL de todo o setor público estadual é de dois a três pontos menos.

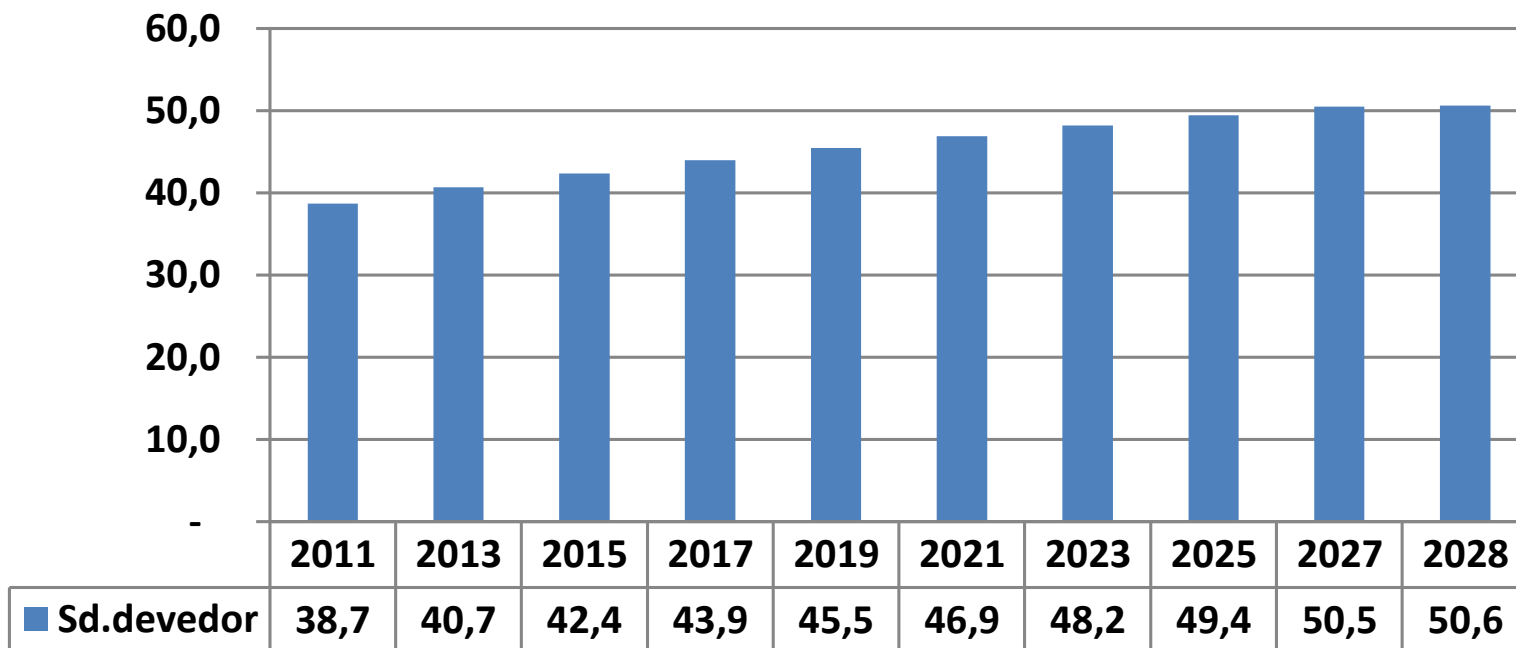
Propostas

A seguir gráficos representativos do comportamento do saldo devedor e do serviço da dívida com algumas propostas de renegociação da dívida estadual.

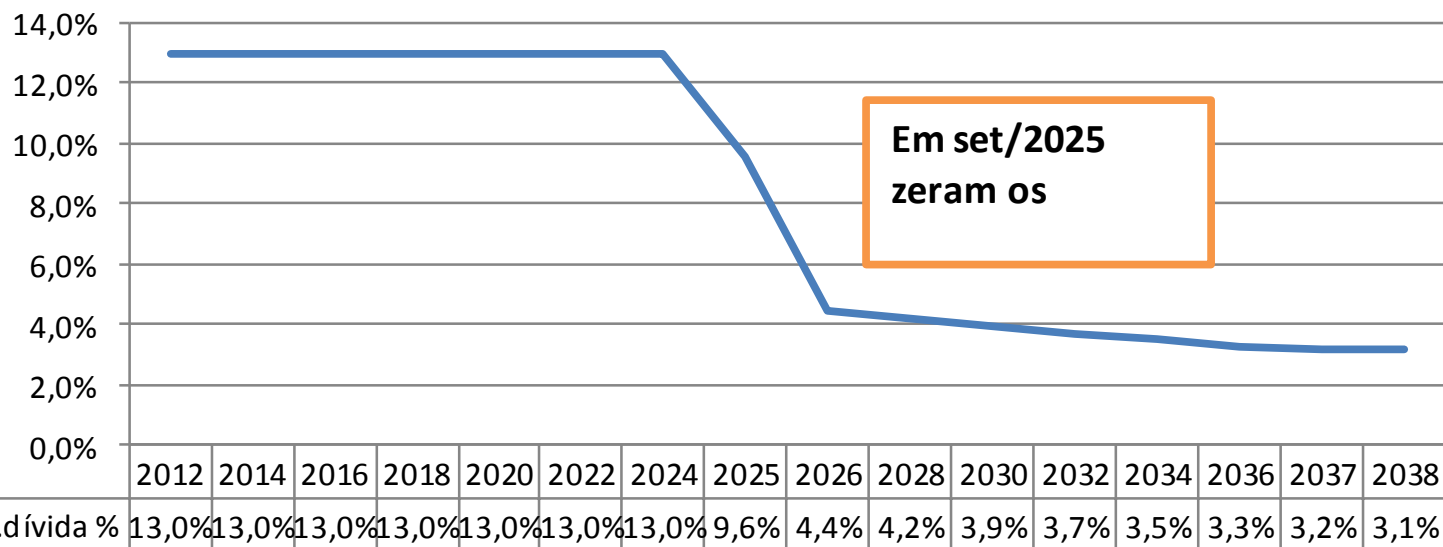
Modelo atual com prestação de 13% da RLR. Saldo devedor em R\$ bilhões.



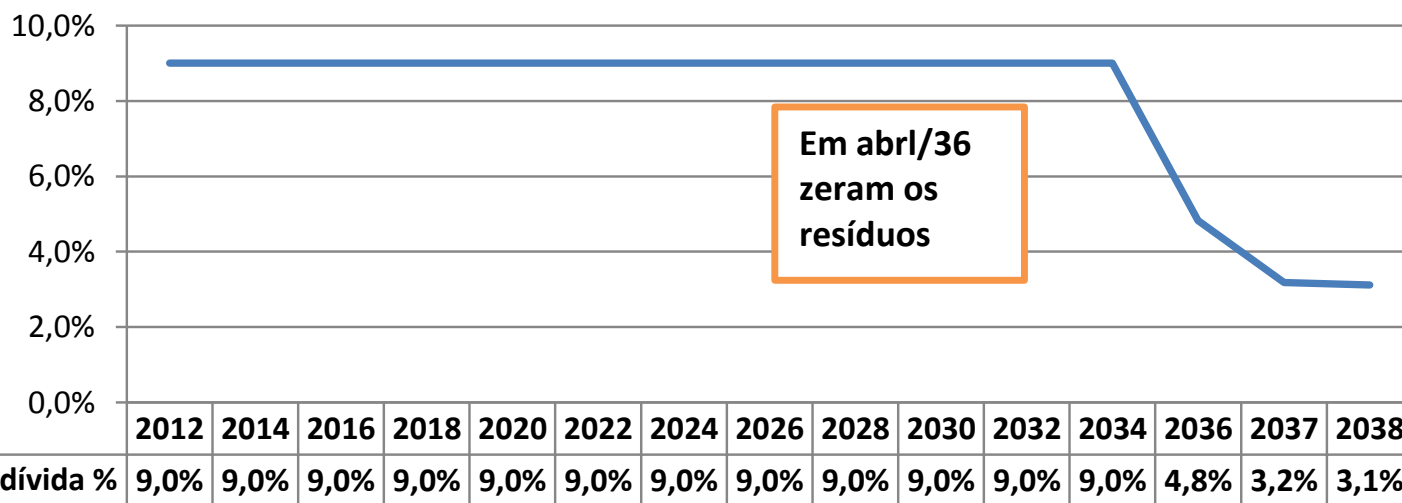
Modelo atual com prestação de 9% da RLR - Saldo devedor em R\$ bilhões



Modelo com taxa de juros de 3% e limite de 13% da RLR (% do serviço da dívida)



Modelo com 3% de taxa de juros e limite de 9% da RLR (% do serviço da dívida)



Modelo Sen.Dornelles (IPCA desde 1998). Após juros 3% e reajuste 5% (% do serviço da dívida)

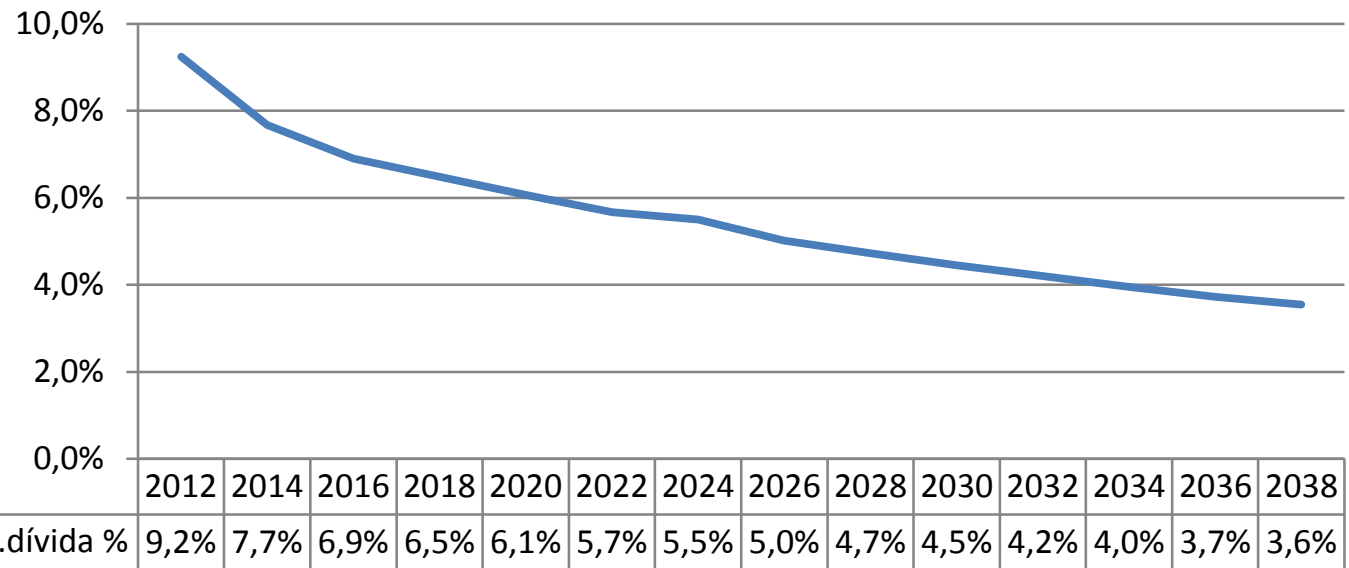
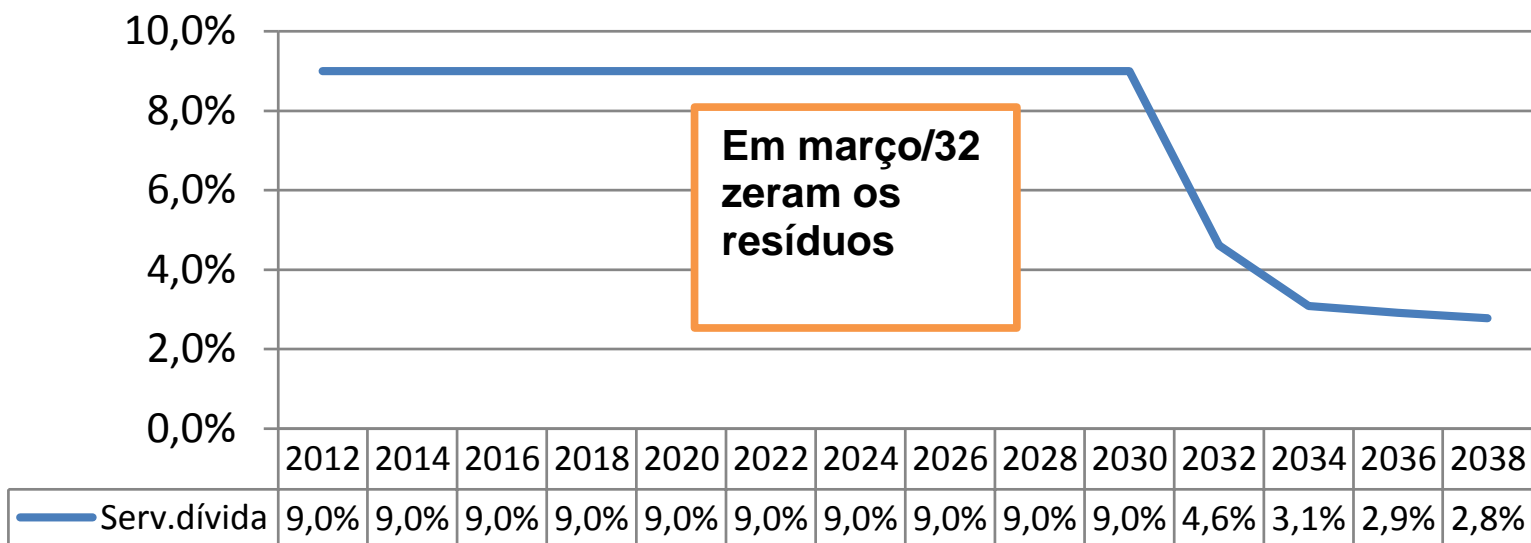
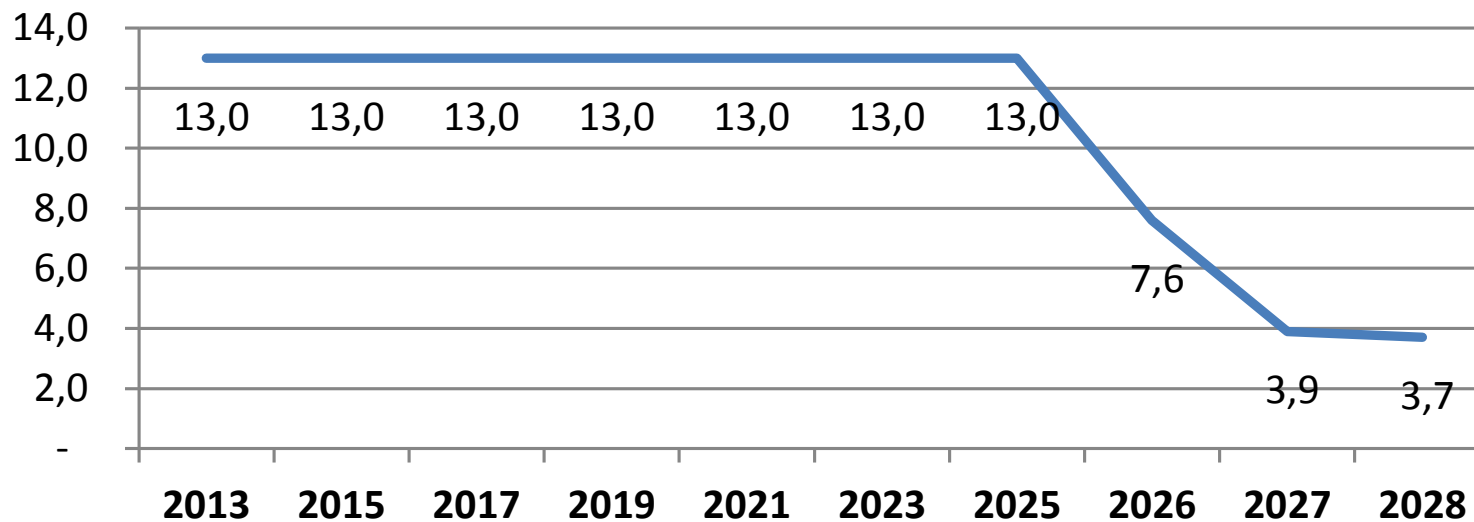


Gráfico 4.9. Grupo de trabalho da Câmara, com 9% de limite da RLR, jrs. 2% (% serviço da dívida) Igual à proposta da Unale

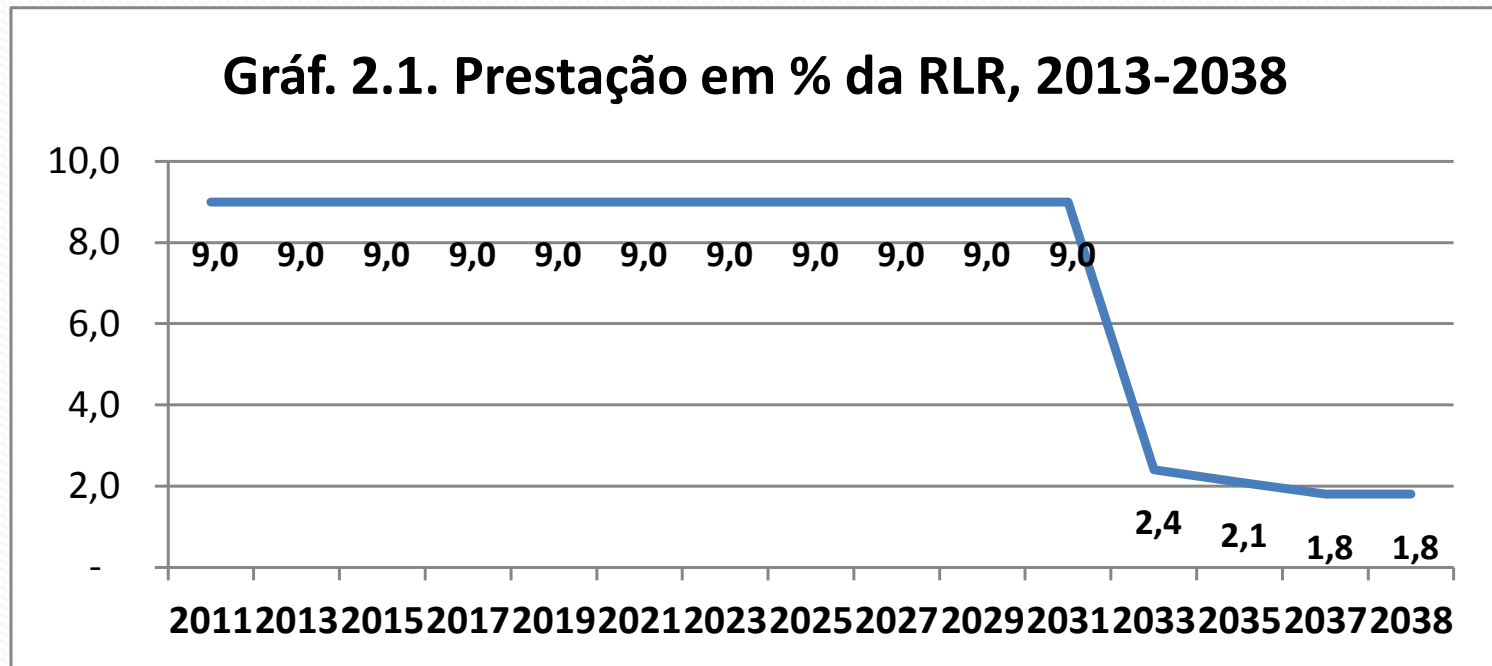


Taxa Selic com 13% de limite de pagamento

Gráf. 1.1. Prestação em % da RLR, 2013-2028



Taxa Selic com 9% de limite de pagamento



Conclusão

- A dívida é um grande problema, não só pelo valor do serviço, como pelo crescimento do saldo devedor. A solução depende boa vontade do Governo Federal.
- Mas o grande desafio do Estado é como sair do déficit estrutural. Necessita de uma visão estratégica (de longo prazo).

Quadro 2.1 - Inequação orçamentária do Estado, 2011 (*)

Em % da receita corrente (bruta)

VINCULAÇÕES	65%	DESPESAS FIXAS	45%
Municípios		Secretaria e órgãos	
Educação		Pessoal (exceto educação e saúde)	
Saúde		Dívida extralimite	
Ciência e Tecnologia		Outros Poderes	
Precatórios		Outros gastos (exceto os decorrentes de vinculação)	
Dívida acordo 1998 (8%)		Investimentos com recursos correntes (2,6% RCO)	
RECURSOS LIVRES	35%	DÉFICIT POTENCIAL	10%
Vinculações não cumpridas: R\$ 2,9 bilhões ou 10,4% da RCO.			
(*) Adotada o conteúdo da Lei Complementar nº 141/2012 para a saúde.			